MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO**Aviso (extrato) n.º 8080/2015**

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho, datado de 26 de maio de 2015, no uso das competências que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeei para o lugar de Chefe de Divisão da Divisão de Administração Geral e Atendimento, a Dr.ª Maria de Fátima de Neiva Oliveira, em regime de substituição, a partir do dia 26 de maio de 2015, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

24 de junho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Francisco Luís Teixeira Alves*.

308787605

MUNICÍPIO DE CORUCHE**Regulamento n.º 446/2015****Regulamento do Prémio de Mérito Escolar 20/20**

Francisco Silvestre de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Coruche, faz público que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 26 de junho de 2015, aprovou o Regulamento do Prémio de Mérito Escolar 20/20.

06 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara, *Francisco Silvestre de Oliveira*.

Preâmbulo

Tendo em consideração a importância das camadas jovens para o Concelho de Coruche e que é do interesse do município continuar a incentivar os jovens a prosseguir os estudos e a obter boas classificações nos mesmos;

Considerando que o abandono e o insucesso escolar é uma realidade transversal, afetando não só os jovens mas a sociedade em geral, sendo do interesse de todos garantir que a Educação é uma prioridade para gerações mais jovens. Que é importante valorar e reconhecer os alunos que se destacam nas diversas áreas de estudo e ao mesmo tempo proporcionar um incentivo a que cada vez mais alunos demonstrem interesse e empenho nas atividades escolares;

A Câmara Municipal decidiu premiar os alunos que se destacam com o «Prémio de Mérito Escolar 20/20».

Nos termos do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, foi publicitado o início do procedimento para que os interessados apresentassem contributos à sua elaboração.

Considerando que não foram rececionadas quaisquer propostas ou apresentados quaisquer interessados.

Considerando ainda que, tendo sido aprovada a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 29 de abril, pela Câmara Municipal na sua reunião de 21 de abril de 2015, e que terminado o prazo de 30 dias, não foram sugeridas quaisquer alterações ao projeto.

Assim, vem a Câmara Municipal de Coruche, nos termos das competências atribuídas pelo disposto artigo 23.º, n.º 2, alínea d) e alínea k), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter o presente Projeto de Regulamento para aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma.

Artigo 1.º**Lei Habilitante**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com o estabelecido no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), alínea g), n.º 1, do artigo 25.º e alínea k), n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º**Objeto**

O presente Regulamento estabelece as normas para atribuição de prémios de mérito escolar aos alunos do concelho que obtenham as melhores classificações no final de cada ano escolar.

Artigo 3.º**Candidatos**

São candidatos à atribuição do prémio todos os alunos desde que:

- a) Sejam residentes no concelho de Coruche;
- b) Frequentem a Escola Secundária do Agrupamento de Escolas de Coruche ou a Escola Profissional de Coruche.

Artigo 4.º**Seleção dos Vencedores**

1 — O prémio será atribuído aos alunos que obtenham

a) Nos cursos científico-humanísticos: a melhor classificação final, em cada ano de escolaridade (10.º, 11.º e 12.º) e em cada um dos cursos, calculada nos termos legais e arredondada até às décimas;

b) Nos cursos profissionais serão atribuídos prémios:

i) Ao aluno de cada ano de escolaridade (10.º, 11.º e 12.º) com a melhor classificação final, calculada nos termos legais e arredondada até às décimas e;

ii) A um aluno de cada ano de escolaridade (10.º, 11.º e 12.º), de entre os melhores de todos os cursos, que vier a ser indicado pelo Diretor Pedagógico.

2 — Em caso de igualdade ter-se-á em conta os seguintes critérios:

a) Nos cursos científico-humanísticos: o aluno que tiver obtido melhor classificação na disciplina trienal de formação específica, funcionando como segundo critério a classificação obtida na disciplina de Português, em ambas as situações as classificações são calculadas com arredondamentos até às décimas;

b) Nos cursos profissionais: quando possível, o aluno que tiver obtido melhor classificação na prova de aptidão profissional/prova de aptidão tecnológica, caso contrário funciona a classificação obtida na disciplina de Português, igualmente calculada com arredondamento até às décimas.

3 — O Órgão Executivo dos estabelecimentos de ensinos deverá informar o serviço de educação do Município quais os alunos selecionados até ao início do ano escolar seguinte ao que o prémio diz respeito.

Artigo 5.º**Montante e Distribuição dos Prémios**

1 — Para cada ano letivo serão atribuídos os «Prémios 20/20» nos montantes a deliberar pela Câmara.

2 — Os prémios serão distribuídos no início do ano letivo seguinte ao que o prémio diz respeito, em sessão pública e em data a indicar pela Câmara Municipal.

Artigo 6.º**Casos Omissos**

Todos os pontos omissos neste Regulamento serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 7.º**Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

208791671

MUNICÍPIO DA GUARDA**Declaração de retificação n.º 625/2015**

Por ter sido publicado com inexatidão o Regulamento n.º 159/2015, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril de 2015, procedeu-se à seguinte retificação:

Na parte final do último parágrafo da nota justificativa, onde se lê:

«[...] por deliberação da Assembleia Municipal de [inserir data], sob proposta da Câmara Municipal de [inserir data] [...]»

deve ler-se:

«[...] por deliberação da Assembleia Municipal de 27-02-2015, sob proposta da Câmara Municipal de 26-01-2015 [...]».